

As Práticas de Constituição dos Espaços Organizacionais e dos Espaços das Cidades: Contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais

Bárbara Lopes Franco (UFG) - barbarafranco1p@gmail.com

Josiane Oliveira (UFG) - oliveira.josianesilva@gmail.com

Resumo:

Nesse artigo, propomos que as práticas cotidianas das organizações podem formar políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades que resistem frente à imposição das lógicas de planificação do espaço urbano. Com efeito, destacamos que os espaços das cidades são processos organizativos, portanto podendo ser compreendidos com base nas práticas cotidianas das organizações que as habitam. Realizamos uma aproximação teórica do campo dos Estudos Baseados em Práticas (EBP) na área de Administração com os debates sobre cidades, a partir das discussões propostas por Certeau (2008). Como contribuição ao campo da Administração destacamos: (1) a relevância de se pensar os espaços das cidades como processos organizativos; (2) o entendimento de que as práticas cotidianas das organizações formam políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades; (3) a relevância de se pensar processos organizativos de resistência frente a lógica de planificação da cidade; (4) avançar na apropriação teórica dos trabalhos de Michel de Certeau para as análises organizacionais.

Palavras-chave: *Espaços sociais. Práticas organizativas. Cotidiano. Cidades. Michel de Certeau.*

Área temática: *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir como as práticas cotidianas das organizações podem formar políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades que resistem frente à imposição das lógicas de planificação dos espaços das cidades. A base teórica que utilizamos para o desenvolvimento destas discussões sobre práticas organizativas e cidades é os Estudos Baseados em Práticas (EBP). Já consolidado como uma área do campo da Administração (SANTOS; ALCADIPANI, 2015; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; SCHATZKI, 2006) os EBP destacam a vida cotidiana das organizações como base de análise organizacional. Isso porque estes debates têm apresentado como a dinâmica da sociedade se articula com as micropolíticas do dia a dia dos sujeitos sociais, possibilitando uma reconfiguração de compreensão dos processos organizativos que transcendam as divisões macro, meso e microsocial, enfatizando como fenômenos macrosociais se constituem relacionados ao mundo vivido, a exemplo do cotidiano nas organizações.

Schatzki (2006; 2005; 2003), por exemplo, é um dos autores que destacam a necessidade de considerarmos as organizações como processos, a partir de suas práticas. De acordo com a perspectiva de Schatzki (2003; 2005), o estudo das organizações deveria envolver pelo menos quatro tarefas fundamentais: delimitar as atividades humanas (e/ou eventos, interações) que compõem o fenômeno de interesse; identificar a rede de práticas e arranjos materiais da qual as atividades fazem parte; determinar outras possíveis redes com as quais as já identificadas possam estar conectadas; e traçar as cadeias de ação dos agentes que circulam dentro da rede, passam por meio dela e/ou a conecta com outras redes e que ajudam a reforçar as suas características atuais ou transformar o fenômeno de interesse. As práticas de organizar podem ser encaradas como produtoras do contexto onde sujeitos e objetos são produzidos e “ganham” significado (SANTOS; ALCADIPANI, 2015).

Entretanto, as práticas se constituem em meio a relações de forças sociais. É isso que Certeau (2008) destaca ao afirmar que o cotidiano no qual vivemos tem um caráter opressor. Essa opressão faz com que a todo momento sejamos obrigados a jogar com/no sistema para em meio aos interstícios das práticas possamos nos reapropriar do cotidiano e nos tornarmos, em meio a estas limitações, sujeitos de nossas histórias.

Para Certeau (2008) as práticas são as “maneiras de fazer” o cotidiano, produzido histórica, social e temporalmente, por meio de tecnologias do agir que configuram estratégias ou táticas. As práticas estratégicas são as relações de forças sociais que isolam sujeitos de saber e de poder, podendo estes ser indivíduos, organizações ou mesmo cidades. Ao produzirem discursos totalizantes, as estratégias produzem lugares. Estes se caracterizam por “uma ordem de distribuição que configura posições instantâneas e estabilidade” (CERTEAU, 2008, p. 201) sendo exercido em relação ao “outro” para a determinação do que lhe seja próprio capitalizando o tempo e provocando estabilidade.

Já as táticas podem ser definidas como as artes dos “fracos” (CERTEAU, 2008). Elas não têm por objetivo capitalizar o tempo tão pouco estabilizar os locais (CERTEAU, 2008). As táticas operam golpe por golpe no cotidiano provocando a instabilidade, a incerteza, jogando com o que lhe é imposto. Sendo as maneiras de produzir improvisação, as táticas possibilitam a reapropriação dos locais para lhe conferir um caráter de movimento. É por isso que as táticas são identificáveis nos espaços sociais. Para Certeau (2008) nenhum espaço social se instaura na certeza da neutralidade. Eles são efeitos de jogos sociais e se constituem pelo “efeito produzido pelas operações que orientam, circunstanciam, temporalizam e levam a funcionar os elementos móveis de uma unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2008, p. 202).

Os espaços sociais são produzidos pelo “caminhar” dos sujeitos sociais, seja este pelas

ruas da cidade ou pelo movimento de leitura de um texto. Isso ocorre, pois, nos espaços, as relações de forças são móveis, portanto não configurando lugares próprios, mas operando lance por lance, podendo desviar das trajetórias produzidas e determinadas pelos saberes e poderes institucionalizados. Por isso, Certeau (2008, p. 57) dedica seu trabalho ao “caminhante inumerável” que na existência cotidiana (re)cria seus espaços por diferentes caminhos.

A cidade, para Certeau (2008), faz parte de uma produção estratégica da vida cotidiana. Entretanto, é importante saber o que o formalismo urbanista – ruas, nomes, becos, passarelas, etc. - imprime e o uso que os praticantes da cidade realmente fazem dela (CERTEAU, 2008). Essa “maneira de utilizar” aquilo que é imposto são práticas de reapropriação do espaço que formam uma rede de “antidisciplina”. Ela deve ser analisada pelo prisma daqueles que consomem, que realmente usam e experimentam o cotidiano da cidade (CERTEAU, 2008).

O conceito de apropriação, de acordo com Neubauer (1999) é uma importante contribuição de Michel de Certeau às análises sociais, pois não elimina os debates sobre disciplina social. A apropriação, para Certeau (2008), destaca o embate entre as resistências e a ordem imposta ao indivíduo por parte das autoridades políticas, religiosas ou culturais. É a interface entre a agência humana e disciplina social, entre as táticas e as estratégias.

Portanto, falar em cidade é discutir como os espaços produzidos estrategicamente por técnicas que tentam delimitar quem pode, onde deve e porque se apropriar desta cidade é contraposta aos espaços vividos, em suas micropolíticas cotidianas, por uma multiplicidade dinâmica de anseios e disputas. É isso que Certeau (2008) destaca sobre a arquitetura urbana determinar onde e como cada sujeito deve passar ou se fixar. Ao praticar estes lugares os sujeitos produzem uma dinâmica de mobilidade na cidade, produzindo diferentes espaços, e, por meio de suas ações táticas, podem subverter, ainda que temporariamente ou permanentemente, o ordenamento social instituído. Nesse mesmo sentido, por exemplo, os espaços de intervenções artísticas nas cidades estão sendo diminuídos em prol da ocupação urbana com casas, prédios e centros comerciais, de forma a normatizar os espaços públicos a partir da lógica econômica dominante do direito a posse e não ao direito ao uso, a capitalização do tempo para produzir os próprios, em detrimento dos movimentos de improvisação, resistência e de mobilidade pela cidade (CERTEAU, 2008).

Para discutir essas relações entre práticas, organizações e cidades, nesse artigo, consideramos que as práticas cotidianas das organizações podem formar políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades que resistem frente a imposição das lógicas de planificação dos espaços das cidades. Com efeito, o processo de reapropriação dos espaços sociais nas cidades perpassam as políticas organizativas das organizações. Com efeito, pensar os espaços das cidades é pensar os espaços e as práticas das organizações.

Para o desenvolvimento destas construções teóricas, este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na próxima seção, discutimos o campo dos estudos baseados em práticas na Administração para nos posicionarmos nesses debates. A seguir, apresentamos o conceito de práticas, espaço e lugar para Michel de Certeau, de forma a discutir suas contribuições para os Estudos Organizacionais, seguida das discussões sobre o conceito de cidade para seu referido autor. Na quinta seção, apresentamos as aproximações teóricas dos conceitos de práticas, organizações e cidades, e ao final, as possibilidades de contribuição destes debates aos Estudos Organizacionais.

2 O CAMPO DOS ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICAS NA ADMINISTRAÇÃO

A teoria das práticas surgiu no final da década de 1970 com o arcabouço teórico fortemente pautado em paradigmas que emergiam e construíaam traços que questionavam o funcionalismo (ORTNER, 2006). A partir, especialmente, porém não exclusivamente, de bases teóricas marxistas e weberianas, a teoria das práticas começou a abordar os processos culturais, como os discursos e representações, nas relações sociais (ORTNER, 2006), destacando o denominado “mundo vivido” da sociedade, ou o que as pessoas fazem e seu dia a dia.

O que as pessoas realmente fazem na organização, relacionadas a aspectos de gerenciamento, tomada de decisões, estratégia, organização, *marketing*, recrutamento e uso de tecnologias e outras (MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009; SANDBERG; DALL’ALBA, 2009), tem sido importantes bases de estudos relacionados à sociologia e à antropologia nas organizações (MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009). Entretanto, é preciso ir além destes conceitos que enfatizam as práticas tradicionais de gestão enfatizando outros aspectos da vida cotidiana que constituem os processos organizativos e transcendem uma visão gerencialista e instrumental das organizações. Nesse sentido, o campo dos EBP se desenvolveu e se diversificou a partir de diferentes formas de discussão sobre as práticas nas organizações (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

De acordo com Feldman e Orlikowski (2011), o pesquisador que busca pautar seu estudo baseado nas práticas pode adotar três ênfases distintas de análises: a empírica, a teórica e a filosófica. O foco empírico destaca, segundo as autoras, como as pessoas atuam no dia a dia do contexto organizacional e reconhece a centralidade das ações das pessoas nos resultados organizacionais, mostrando a importância de abordar as práticas em uma perspectiva recursiva. O enfoque teórico busca entender as relações entre as atitudes dos atores organizacionais e a vida nas estruturas sociais, portanto visa discutir como as práticas são produzidas e como elas operam em diferentes contextos e temporalidades (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Já o enfoque filosófico, que adotamos neste artigo, parte da premissa de que a realidade social é fundamentalmente formada pelas práticas, sendo o mundo social construído pelas ações humanas, arranjos materiais e pelos não humanos (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

Um dos autores já incorporado ao campo da Administração (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013) e que possibilita esse entendimento filosófico do conceito de práticas para as análises das organizações é o historiador e filósofo francês Michel de Certeau. É a partir dele que realizamos o debate sobre o conceito de práticas e de cidades para a compreensão dos processos organizativos e que apresentamos nas próximas seções deste artigo.

3 AS PRÁTICAS COTIDIANAS NA PERSPECTIVA DE MICHEL DE CERTEAU

Para Certeau (2008) os sistemas de produção dominantes, como o televisivo, o comercial e o urbanístico, impõem seus produtos e ideias aos indivíduos, tentando subtrair deles o direito de se posicionar. Essa imposição faz com que o indivíduo perca o direito de ser autor e vire um mero receptor da produção social (CERTEAU, 2008). Mas, é importante notar que entre o que é imposto e o que o indivíduo assimila existe um distanciamento causado pelo uso (CERTEAU, 2008). É a “maneira de utilizar” uma ordem imposta, que varia de indivíduo para indivíduo, que se deve destacar nas análises sociais, pois, no cotidiano “não é apenas importante aquilo que fixa regularidades da vida social; é também importante aquilo que a perturba” (PAIS, 2007, p. 84).

É por isso que Certeau (2008) ressalta a necessidade de saber o que os sujeitos

realmente fazem com o que lhes é imposto, ou seja, compreender os usos pelo ponto de vista dos praticantes que não produzem diretamente tais sistemas de dominação. Isso porque, para o referido autor, por exemplo, a identificação da presença e a circulação de uma representação não necessariamente possibilita a compreensão sobre o que realmente os sujeitos fazem com elas em sua vida cotidiana. São essas “maneiras de fazer” no cotidiano que Certeau (2008) denomina de práticas.

As práticas não devem ser analisadas apenas pelo seu material, ou seja, pelos dados que as estatísticas fornecem e seus cálculos (CERTEAU, 2008). Elas também devem ser analisadas pela sua forma, por suas trajetórias que possuem formatos imprevisíveis (CERTEAU, 2008). Entretanto, compreender somente as trajetórias, ainda que elas carreguem em si a ideia de movimento, pode resultar em uma redução, uma simples transcrição do movimento, afirma o referido autor. Por isso, a importância de compreender as práticas pelos seus movimentos temporais no espaço, atribuindo a elas um caráter histórico, social e cultural.

Para a compreensão destes movimentos das práticas, Certeau (2008) discute dois processos de formalização de nossas “maneiras de fazer” o cotidiano, sendo estas as estratégias e as táticas. A estratégia é a dimensão tecnológica das práticas onde tem-se o cálculo das relações de forças sociais que possibilitam reconhecer e isolar quem são os sujeitos de saber e de poder de um determinado contexto (CERTEAU, 2008), podendo este sujeito de poder/saber ser considerado uma empresa e até mesmo uma cidade. As práticas estratégicas surgem quando o poder que o sujeito possui lhe concede autonomia, afirma o referido autor. As estratégias podem elaborar discursos totalizantes que determinam um conjunto de lugares físicos, simbólicos ou discursivos, onde as forças se distribuem, privilegiando assim seu foco de atuação nas relações espaciais (CERTEAU, 2008).

Como exemplo, podemos pensar no caminhar pelas cidades. As práticas estratégicas dos “especialistas” em urbanismo produzem por onde, como e quando devemos caminhar. Portanto, as estratégias estão pautadas na manipulação de forças, quando o poder do sujeito lhe concede autonomia para ditar e fazer algo (CERTEAU, 2008). Elas são formadas por cálculos objetivos que delimitam o pertencimento capitalizando as temporalidades, resultando, com efeito, na constituição de “próprios” pelos espaços sociais (CERTEAU, 2008).

Já a tática surge com a ausência de um próprio, de um sujeito de poder/saber, pois ela é considerada a “arte do fraco” por ter por lugar o lugar do outro, devendo assim jogar com o terreno que lhe é imposto (CERTEAU, 2008). Elas devem estar sempre atentas ao tempo e às circunstâncias, buscando ganhos nos momentos oportunos, devido seu caráter de astúcia (CERTEAU, 2008). Aproveitando uma certa ocasião, o “fraco” deve combinar diversos elementos para tirar partido das forças que lhes são estranhas, operando golpe a golpe, lance por lance (CERTEAU, 2008). Por isso, afirma Certeau (2008), as táticas são tecnologias de resistências que não tem por objetivo capitalizar o tempo ou se perpetuar. Elas atuam nas ocasiões para reconfigurar as relações de forças a possibilitar os movimentos de reapropriação do que lhe foi imposto estrategicamente. As táticas não apresentam somente continuidade e permanência. Elas são práticas cotidianas que produzem sem capitalizar. Elas dependem e se aproveitam de momentos específicos, de fissuras e contradições surgidas nos sistemas dominantes (CERTEAU, 2008).

Certeau (2008), ao analisar o livro “Vigiar e Punir”, afirma que Michel Foucault ao pautar sua análise sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, mostra que estas tecnologias reorganizaram clandestinamente o funcionamento do poder. Essa “microfísica do poder” enfatiza o entendimento da produção de disciplina, de sujeição, ou mesmo destaca as evidências da produção de sistemas de dominação. Em que pese a relevância destas

discussões, afirma Certeau (2008), é necessário entender que a sociedade não se reduz aos procedimentos técnicos da disciplina, mas deve-se destacar aquilo que perturba a normatividade e quais procedimentos populares jogam com os da disciplina e não se conformam com ela.

Essas práticas do cotidiano possibilitam aos sujeitos se reapropriarem do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural, dos planos diretores das cidades, ou das técnicas de gerenciamento organizacional, que tentam institucionalizar, inclusive, as formas pelas quais nos relacionamos socialmente. Basta observar as determinações de quem pode, onde deve e como se constitui os sujeitos sociais e os espaços institucionais no país. Como exemplo, Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015) destacam como os denominados “rolezinhos”, passeios de jovens, em sua maioria negros e da periferia da cidade, em *shoppings centers*, se configuram como práticas de resistência frente a normatividade social e organizacional da produção dos espaços urbanos nas cidades. Sansone (2004), discutindo as questões raciais no Brasil, vai além nestas discussões e afirma que as relações amorosas são espaços institucionalizados em nossa sociedade e, portanto, locais onde se pode observar a marginalização da população negra, especialmente das mulheres negras que apresentam o menor índice de institucionalização de suas relações amorosas no Brasil, por exemplo. Já Alcadiyani, Westwood e Rosa (2015) discutem os mecanismos de dominação e de resistência na construção de políticas identitárias nas organizações destacando como esses processos ocorrem no cotidiano de trabalho.

É por isso que Certeau (2008) destaca que as práticas cotidianas ao perturbarem ou reconfiguram as relações sociais entre os sujeitos desconstruem institucionalmente a sociedade. Então, nos alerta o referido autor, é no cotidiano que as disputas se estabelecem e que devem ser vencidas pelas práticas formando uma rede de “antidisciplina” ao que nos é imposto no cotidiano. As “maneiras de fazer” dos sujeitos são procedimentos que implicam uma lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstâncias (CERTEAU, 2008).

Certeau (2008) supõe a existência de uma lógica dessas práticas que colocam a arte de combinar indissociável da arte de utilizar presente na “cultura popular”, por exemplo. Assim, Certeau (2008) afirma que a pesquisa deve revelar o entendimento sobre os porquês que tais práticas ampliam e desencaminham as lógicas institucionalizadas. Isso possibilita, de acordo com o referido autor, uma travessia do campo cultural, permitindo sinalizar as operações que caracterizam o consumo na economia e identificar nas práticas de apropriação os indicadores de criatividade que multiplicam-se onde some o poder de se dar uma linguagem própria (linguagem dos sistemas disciplinares). Essa lógica é baseada na ocasião não sendo autônoma em relação ao seu campo de ação (CERTEAU, 2008). Para encontrá-las, Certeau (2008) sugere três lugares onde elas se expõem: os jogos, os contos e as artes de dizer.

Considerando que o cotidiano é produzido por meio de relações de forças, cada cotidiano tem jogos específicos dos lances praticados pelos sujeitos em cada ocasião (CERTEAU, 2008). Esses jogos não são explícitos e ao destacarem-se suas formalidades de táticas, obtém-se um primeiro fundo das racionalidades das práticas de espaço: são espaços determinados cuja formação se pauta nos diversos lances desenvolvidos a cada situação (CERTEAU, 2008). Ainda para o referido autor, os relatos de partidas são as histórias que representam as combinações formadas em cada situação, elas relatam regras e lances, que, pelo caráter memorizável, constituem repertórios de esquemas de ação. Por isso, os relatos sobre o cotidiano são práticas que destacam a configuração das relações de forças sociais, as disputas da vida ordinária.

Já os contos e lendas expõem modelos de gestos utilizáveis a cada dia (CERTEAU, 2008). Eles destacam ações relativas a situações conflituais e possibilitam reconhecer os

discursos do povo. A formalidade das práticas cotidianas emerge nas histórias, que costumam inverter as relações de força possibilitando ao oprimido a vitória e oferecem ao público um possível esquema de táticas para o futuro, destaca Certeau (2008). Os trocadilhos e figuras de estilo presentes no ato de contar, que pode ser adaptado para se chegar ao seu destino, participam na fixação das práticas (CERTEAU, 2008).

Assim, todo lugar “próprio” é alterado por aquilo que nele se encontra e pertence a outros. Por isso existe muita dificuldade em se definir suas posições formais. Nesse sentido, faz-se necessário distinguir lugar e espaço, local onde estes posicionamentos podem se constituir, a partir das práticas cotidianas.

O conceito de espaço se refere ao “efeito produzido pelas operações que orientam, circunstanciam, temporalizam e levam a funcionar os elementos móveis de uma unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2008, p. 202). O espaço é a incompletude, a incoerência, a resistência, local de mobilidade das relações de forças onde os sujeitos “jogam” no cotidiano com base em seu potencial criativo, desviando das trajetórias estabelecidas, resistindo ao que lhes é imposto e reconfigurando as relações de poder e de saber produzidos pelos próprios por meio das práticas estratégicas.

Por isso, Certeau (2008, p. 57) dedica seu trabalho ao “*homem ordinário: Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável*” que na existência cotidiana (re)cria seus espaços por diferentes caminhos. Zine (2010) destaca que para Michel de Certeau nossas ações são entendimentos tácitos de nossos fazeres. Por isso, para Certeau (2008), as ações são formas de compreensão da realidade que articulam nosso pensar e agir, nosso corpo e nossa mente, nosso sentir e nossa razão.

O ato de caminhar pela cidade está para o sistema urbano assim como o ato de enunciação está para a língua (CERTEAU, 2008). Aproximando-se dos estudos da linguagem, Certeau (2008), destaca que os relatos produzidos pelos enunciados são mais do que descrições do cotidiano. Eles são demarcadores do espaço social. Essa proposição de Certeau (2008) é próxima às discussões de Foucault (2010) quando este afirma que os enunciados não são operações individuais, mas jogos de possíveis posições para os sujeitos com materialidades repetíveis.

Os relatos, ou os caminhos pelo espaço urbano, efetuam um trabalho de organizar os jogos das relações sociais (CERTEAU, 2008). Caminhar pelo espaço urbano, produzir relatos ou contar histórias, é uma dinâmica social com uma tríplice função: a apropriação do sistema (urbano/linguístico), pois a ordem espacial indica possibilidades de onde e como se movimentar pelo espaço social; realização espacial do lugar (organizar as relações sociais no caminho/enunciado), visto que os deslocamentos são realizados pelo uso da palavra ou do trajeto; e relações entre posições diferenciadas que indicam as distâncias produzidas pela mobilidade no espaço social (CERTEAU, 2008).

Essa dinâmica de produção de demarcações no espaço é analisada por Certeau (2008; 2012) a partir do conceito de lugar. O lugar é “uma ordem de distribuição que configura posições instantâneas e estabilidade” (CERTEAU, 2008, p. 201). O lugar enseja o exercício de ações em relação ao “outro” para demarcá-lo estrategicamente a partir das relações de poder e de saber, o que resulta no estabelecimento dos “próprios”.

Com isso, se no espaço os sujeitos podem exercer seu potencial criativo, nos lugares eles são transformados em corpos individuais e individualizados, onde se inscrevem gestos e ações das maneiras de produzir/ocupar o espaço social (DOSE, 2004). No lugar, o corpo do sujeito é submetido às normas, aos códigos e as leis (CERTEAU, 2008), resultando no entendimento de que nos lugares os sujeitos são posicionados de acordo com as relações de

forças entre seus saberes e poderes. É por isso que Figueiredo (2015) destaca, inclusive, que o corpo é produzido e traz as marcas das relações entre práticas, espaços e lugares, quando, por exemplo, pensamos as divisões raciais, de gênero ou de classe social no cotidiano laboral.

Sendo assim, pensar os processos organizativos, para Certeau (2008), é compreender os jogos políticos produzidos nas relações entre estratégias e táticas, espaços e lugares, que permitam compreender o que perturba a normatividade social. Com efeito, o instituído e o institucionalizado são reconfigurados pelos usos que os sujeitos sociais fazem do que lhes é imposto diariamente, seja este instituído em formas de leis, normas, condutas, caminhos, gestos ou ações que buscam destituir as astúcias das práticas sociais.

Conforme apresentamos ao longo deste texto, essa base teórica construída por Certeau (2008) já é utilizada na Administração para as análises organizacionais. A questão que colocamos, a partir de agora, é problematizar como pensar a cidade a partir de Certeau (2008) de forma que seja possível realizar uma aproximação entre a Administração e os estudos sobre urbanismo de forma a destacar como estas práticas cotidianas que produzem as organizações também são produtoras das cidades, visto que os processos organizativos são parte destes locais. Para tanto, na próxima seção deste artigo, apresentamos um debate sobre a cidade a partir das proposições de Certeau (2008) para pensar as relações entre as organizações e as cidades, objetivo deste estudo.

4 PRÁTICAS DE CIDADES PARA MICHEL DE CERTEAU

A cidade inserida na modernidade apresenta marcas que a diferenciam dela mesma em outros momentos históricos (CERTEAU, 2008). Os prédios altos e modernos destoam dos antigos e o corpo daqueles que neles se inserem cotidianamente perde o laço com as ruas, pois, conforme apresenta Certeau (2008), eles se tornam *voyeurs*, só observam, não vivem a cidade, e isso ocorre por diferentes motivos que discutiremos ao longo dessa pesquisa. É embaixo dessas superestruturas, dimensão institucionalizada da sociedade, olhando “de cima”, que vivem os verdadeiros praticantes da cidade (CERTEAU, 2008). Nas ruas seu corpo é levado pelo “texto” urbano. Entretanto, para além dessa perspectiva “de cima”, os praticantes jogam com espaços, que não são vistos, e constituem a mobilidade “opaca” da cidade (CERTEAU, 2008).

É por isso que Certeau (2008) afirma que uma visão tão somente “desde cima” não possibilita, efetivamente, compreender as táticas de resistência que produzem o mundo vivido dos sujeitos sociais. É necessário transcender essas dimensões de separação entre os níveis macro e microsociais para compreender as relações do sistema mundo com o mundo vivido. É preciso discutir a imposição “desde cima”, mas, também, as resistências “desde baixo” que sustentam os jogos e disputas da dimensão institucional da sociedade. Isso pode ser observado nas formas como ocupamos as cidades. Para compreender esse processo é necessário discutir a cidade habitada, o cotidiano vivido e os corpos encarnados (CERTEAU, 2008).

Certeau (2008) destaca que os idealizadores da cidade, os planejadores urbanos que materializam estrategicamente as relações de poder nos planos diretores das cidades, por exemplo, vivem a “ilusão” do domínio total da vida cotidiana (DOSSE, 2004). Para Dosse (2004), tendo por base os debates de Michel de Certeau, os planos diretores das cidades, o planejamento urbano, transforma o fato urbano em conceito de cidade. Sendo assim, Certeau (2008) destaca que os projetos urbanísticos das cidades têm como resultado três operações que atuam conjuntamente, sendo estes a produção de espaços próprios (lugares), a distribuição de um não-tempo às tradições e a criação de um sujeito universal e anônimo que pode ser até mesmo a própria cidade (DOSSE, 2004).

O conceito de cidade, afirma Certeau (2008), é produzido com base no entendimento de que esta é uma superfície que carrega com ela um passado “opaco” e um futuro incerto, ou seja, é uma tentativa de “apagamento” ou de silenciamento das lutas históricas, das resistências e dos jogos políticos da cidade habitada e vivida. Essa “cidade-conceito” é fruto de uma produção funcionalista, que deixa de lado sua própria condição de possibilidades de vivência pluriculturais, de reconhecimento das culturas populares, por exemplo (CERTEAU, 2008). O poder se “urbaniza”, ele é exercido sem que possamos identificar diretamente seus executores por propor um modelo ideal de cidade (CERTEAU, 2008) para o “bem comum”, para que os sujeitos possam “fluir” pelos lugares determinados para os mesmos nestes lugares. É em cima desse modelo ideal de urbanização pautado no poder que as astúcias se proliferam e é nesse contexto que as táticas resistência à produção dessa “cidade-conceito” que objetiva destituir a capacidade inventiva dos sujeitos em prol da previsibilidade de ação e intervenção na cidade (CERTEAU, 2008).

Essa concepção de “cidade-conceito” de Certeau (2008) pode ser discutida a partir dos debates sobre “organização-cidade” no campo da Administração. Saraiva e Carrieri (2012), por exemplo, afirmam que o conceito de organização-cidade permite compreender a dinâmica organizacional das cidades, especialmente da vida social organizada. É preciso destacar que assim como Certeau (2008) o termo organização não se refere a uma lógica linear ou dominante, ou seja, cada processo da vida social tem suas especificidades de como se organiza coletivamente. Nesse sentido, para o campo dos EBP na Administração, as cidades são processos organizativos produzidos por seus habitantes, o que inclui as organizações.

Nessa cidade organizada, os passos dos pedestres não constituem uma variável quantitativa, pois caminhar é ter falta de um lugar (CERTEAU, 2008). O que importa ao caminhante não é a quantidade, e sim as atividades que transcrevem os traços (intensidade) e as trajetórias delimitadas estrategicamente pelos urbanistas para constituir as “cidades-conceito”. Eles tornam invisível a operação que tornou as cidades-conceito possíveis, pois reconstituem os traços dos caminhos. Assim, o fato de mudar uma rota, por exemplo, não se inscreve pelo simples ato em si, e pelo que motivou a mudança, que seria uma tentativa de objetivar estrategicamente os passos pelas cidades (CERTEAU, 2008). Mudar uma rota na cidade é alterar o conceito de cidade.

O ato de caminhar, por esse ponto de vista, é uma apropriação do lugar pelo pedestre, afirma nosso autor, é um ato de “enunciar” onde o caminhante atualiza, reinventa, modifica o significado espacial imposto pela ordem. As possibilidades, como as calçadas, e as proibições, como as cercas ou os muros, disponibilizadas pela ordem ganham variantes como atalhos, como resistência aos procedimentos disciplinares conceitualmente definidos nos planos diretores, apropriados pelos sujeitos que habitam e vivem as cidades, e reconceituado pelos usos que fazemos desses locais. As operações enunciadoras, ou seja, o ato de caminharmos e nos apropriarmos da cidade, não podem ser reduzidos aos traçados gráficos, pois eles mostram as verdadeiras relações que mantêm com os percursos (CERTEAU, 2008).

Assim como a linguagem ordinária, que “escapa” as formalidades impostas pelas estruturas dominantes das linguagens, as caminhadas dos pedestres combinam estilos, manifestados em um campo simbólico e de usos (CERTEAU, 2008). Por isso, para Certeau (2008), elas culminam em uma “maneira de fazer”, formam um “estilo do uso” e “maneira de ser” e habitar a cidade. São as materialidades das resistências do habitar a cidade. É por isso que, para o referido autor, é necessário compreendermos as retóricas vividas dos habitantes, pois dizem respeito as maneiras de apropriação de um lugar. Isso porque as práticas de espaço são manipulações sobre os elementos de uma ordem que também destacam desvios do “sentido literal” imposto pelo sistema urbanístico, portanto o discurso, assim, se organiza em

relação ao lugar onde se circunscreve e o que ele produz (CERTEAU, 2008).

A produção de lendas e histórias locais destacam os conteúdos que revelam as dinâmicas e significados de produção dos espaços. O ato de contá-los é uma prática reveladora de espaço, pois são os relatos que criam uma ponte entre as práticas do espaço e a ordem estabelecida (CERTEAU, 2008). Os relatos são capazes de transformar espaços em lugares e vice-versa, portanto todo relato é uma prática de espaço, são eles que organizam a caminhada (CERTEAU, 2008).

Certeau (2008), portanto, privilegia a enunciação, o ato de falar, que opera no campo de um sistema linguístico destacando a apropriação ou reapropriação da língua (das organizações ou das cidades, por exemplo) pelos locutores (praticantes), que determina um presente relativo a um determinado momento e estabelece um contrato com o interlocutor numa rede de lugares e relações. Ele destaca que discursos são marcados por usos e que apresentam em suas análises as marcas de atos ou processos de enunciação (CERTEAU, 2008), visto a possibilidade dos sujeitos de jogarem com as práticas cotidianas.

Os discursos, portanto, não aparecem como quadros normativos, e sim como instrumentos manipuláveis por usuários, o que confere uma “historicidade” social. (CERTEAU, 2008). Zine (2010) destaca que as palavras podem designar formas de resistência ao poder convincente da ordem social, se constituindo como táticas de caça furtiva, de astúcias, e referem-se a uma poética articulada sobre as práticas sociais. Por isso, a necessidade de compreensão das narrativas sobre as cidades, sobre as organizações, sobre a vida cotidiana.

Para os debates sobre cidade nesse artigo, consideramos, assim como Certeau (2008), que somente é possível compreendê-la pelos usos, pelo habitar e pelas vivências que os sujeitos fazem da mesma, ou seja, pela compreensão da produção de seus espaços. Então, para além das trajetórias estratégicas materializadas nos/dos planos urbanísticos, dos planos diretores das cidades, na concepção das “cidades-conceito”, destacamos a necessidade de “nosso olhar” para a cidade encarnada, para o corpo vivido que habita a cidade (CERTEAU, 2008), onde as resistências ao que nos é instituído “ganha” vida, ou seja, as cidades são processos organizativos.

Na próxima seção deste artigo, articulamos as proposições teóricas de Michel de Certeau, especialmente sobre práticas e cidades no campo das organizações para destacar minha contribuição teórica à Administração.

5 PRÁTICAS, CIDADES E PROCESSOS ORGANIZATIVOS

Apesar de as discussões sobre cidades na Administração, especialmente no Brasil, ter se constituído, enfaticamente, no campo da Administração Pública, para além desse campo, as pesquisas existem, porém, ainda não se constituíram de forma articulada e consolidada (SARAIVA; CARRIERI, 2014; CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAN, 2015; MAC-ALLISTER, 2001). Isso ocorre, pois, o conceito de organização tem sido centralizado no entendimento deste como um local de trabalho, em geral delimitado por suas produções físicas ou simbólicas, conforme criticam Costas (2013) e Mendes e Cavedon (2013), por exemplo. Os EBP possibilitam, nesse sentido, transcender esse entendimento das organizações tão somente como locais de trabalho, considerando os processos organizativos a partir da produção de diferentes espaços, a exemplo das cidades (COSTAS, 2013; MENDES; CAVEDON, 2013; GOLSHORKI et al., 2010; SANDBERG; DALL’ALBA, 2009).

As organizações são fenômenos sociais processuais. Portanto, nas análises organizacionais não é possível definir *a priori* a “organização”, pois suas fronteiras não dizem respeito somente aos seus limites físicos, simbólicos ou discursivos, mas como ela acontece em diferentes contextos, conforme discute Schatzki (2006). Sendo assim, adotamos o conceito de processo organizativo, pois compreendemos que as organizações são processos sociais. Nessa perspectiva processualista de análise organizacional, diversos autores têm destacado a necessidade de se enfatizar as práticas como unidade de compreensão das organizações, como bem propõe Schatzki (2006), Latour (2006), Feldman e Orlikowski (2011), Gherardi (2012; 2010), Czarniawska (2013) e Goss, Jones, Betta e Latham (2011), por exemplo a partir de diferentes campos de pesquisas na Administração.

É preciso, portanto, destacar quais são as contribuições das teorizações de Michel de Certeau (BUCHANAN, 1999) para o campo da Administração, enfatizando como o entendimento de práticas e cidades possibilita avançarmos no entendimento nas análises das organizações. Para tanto, propomos fazer isso, enfaticamente, mas não exclusivamente, com base nos conceitos de práticas (unidade teórica e empírica de análise deste estudo), praticante (concepção de sujeito) e organizações (processos sociais que podem ser organizações ou cidades), como pode ser observado nas próximas discussões nesse texto.

No presente estudo, adotamos o enfoque é filosófico dos Estudos Baseados em Práticas (EBP) no campo da Administração, destacando que a realidade social é formada pelas práticas. Portanto, somente é possível compreender os processos organizativos a partir de suas “maneiras de fazer” no cotidiano, por meio dos jogos entre estratégias e táticas (CERTEAU, 2008) no contexto que eles se inserem. Essa abordagem política de estudo das práticas contribui com a necessidade de um avanço crítico de compreensão das práticas organizacionais, superando o entendimento desse conceito como rotina e trazendo os debates não somente de uma perspectiva “desde cima, ou institucionalizante, mas dos espaços sociais habitados e produzidos pelas relações de forças sociais.

É isso que Barassi (2013) propõe ao discutir as redes de movimentos sociais e o uso de mídias tecnológicas, por exemplo. O entendimento do protagonismo global de movimentos sociais de caráter de resistência no processo de globalização, por vezes, negligencia a dimensão espacial das práticas organizativas. Portanto, discute Barassi (2013), destacar as práticas cotidianas das organizações, especialmente das que se colocam como integrantes de um movimento de resistência, ainda que em uma perspectiva global, deve considerar os processos sociais que constituem as redes de práticas entre diferentes organizações, e que produzem múltiplos e sobrepostos espaços de ação e significado do cotidiano dos movimentos sociais. Nesse contexto, é possível pensar nas táticas de resistência que operam em uma perspectiva ampla a partir das operações de golpe a golpe, lance por lance, conforme afirma Certeau (2008), em seus diferentes contextos de ação e a partir das redes de práticas que conectam diferentes organizações no dia a dia vivido dos sujeitos sociais.

O contexto no qual a prática ocorre, conforme proposto por Schatzki (2006), corresponde à ideia de espaço proposta por Certeau (2008). Assim, as práticas não são observadas com foco em delimitações espaciais geográficas – como uma rua específica, ou um prédio, uma ponte, etc., - e sim pelas forças que nelas se inserem e que dão significados aos modos de usos, o que inclui as próprias organizações como processos constituídos por práticas que as produzem assim como produzem as cidades que elas habitam. Nesse sentido, propomos a necessidade de compreensão dos processos organizativos com base no contexto da cidade que elas também vivenciam, produzem e habitam.

Entretanto, é preciso destacar que os processos organizativos, ainda que compreendidos a partir de uma perspectiva do cotidiano, podem extrapolar o nível local, de

cidade, estado ou país. São as configurações das relações de forças que se estabelecem no cotidiano estudado que produzem essa delimitação. Assim, o praticante é aquele que se insere no cotidiano da cidade, é aquele que faz uso de seus espaços, e não é um mero espectador. Por esse motivo, é esse sujeito que torna capaz o entendimento do que realmente ocorre e do uso real que se faz do cotidiano. Trazendo a ontologia contextual para o contexto dos praticantes da cidade, as ações – relacionadas ao conhecer e saber como fazer dos sujeitos – correspondem às ações dos sujeitos que seguem as normas ou resistem ao que lhes é imposto configurando outras formas de usos do cotidiano. As regras, normas que direcionam o que deve ser feito, correspondem ao que o sistema urbanista constrói para normalizar o uso dos espaços – como placas, nomes de ruas, passarelas, pontes, prédios, muros, grades, janelas, etc. É a partir desses processos que emergem as táticas, capazes de transgredir uma ordem e ressignificar o uso de um espaço da cidade.

O estudo das organizações deve compreender as atividades humanas presentes no contexto que são assim capazes de revelar as relações de forças produzidas pelas práticas no cotidiano social. A identificação das redes formadas entre as práticas possibilita destacar as organizações que são produzidas em determinados contextos sociais. Portanto, entendemos que os processos organizativos das práticas produzem as organizações que são como “formas” pelas quais apreendemos sua constituição em determinados contextos. Estas “formas” podem ser empresas, grupos ou mesmo cidades. O entendimento sobre como as redes de práticas se estabelecem, bem como as cadeias de ação dos praticantes de um contexto que interferem em outros contextos, revelam como as práticas cotidianas são capazes de ressignificar espaços e usos e de interferir em diferentes contextos. Ou seja, de articular organizações com outras organizações, de grupos e cidades, por exemplo. A seguir, no quadro 1, apresentamos as definições conceituais dos principais termos que destacamos no artigo.

Com efeito, é possível pensar os processos organizativos em conjunto com outros processos organizativos, e é o que propomos nesse texto ao articular as práticas cotidianas de uma organização e as articulações destas com o contexto das cidades. Sendo assim, é possível compreender que as cidades também são processos organizativos, produzidas por nossas práticas cotidianas, em que pese sua “forma” e “dinâmica” serem diferentes quando a compararmos com uma organização para o trabalho, por exemplo. Entretanto, são os dois processos organizativos.

Quadro 1 - Definições conceituais da pesquisa

Conceito	Definição
Práticas	São as maneiras de fazer dos sujeitos sociais que podem se configurar de forma estratégica ou tática
Praticante	São os sujeitos sociais que produzem o cotidiano na vida social
Cotidiano	É a realidade social produzida pelas práticas
Organizações	São processos organizativos das práticas que podem se configurar em diferentes formas e lógicas de ação.
Cidades	São processos organizativos praticados pelos sujeitos que constitui campos de possibilidades de ação.

Fonte: elaborado pela autora com base em Certeau (2008) e Schatzki (2006)

A partir dos conceitos apresentados, é possível compreender que as articulações entre as práticas de diferentes organizações podem formar políticas de produção de diferentes espaços sociais. É por isso que consideramos, nesse artigo, que as práticas cotidianas das organizações formam políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades. Estas práticas, por serem políticas, podem tanto se configurar de forma estratégica quanto resistirem taticamente frente ao que é imposto pela ordem social. Ou seja, as práticas cotidianas das

organizações quando pensadas de forma articulada aos espaços das cidades podem destacar formas de resistência das lógicas de planificação dos espaços das cidades (CERTEAU, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir como as práticas cotidianas das organizações podem formar políticas de produção e de ocupação dos espaços das cidades que resistem frente à imposição das lógicas de planificação das cidades. Tendo por base as discussões de Michel de Certeau, foi possível compreender que as práticas cotidianas podem se constituir a partir de tecnologias estratégicas, delimitando lugares e determinando o “outro” e constituindo sujeitos de saber e de poder. Por outro, essa dimensão tecnológica das práticas também pode resistir frente às imposições da vida cotidiana, formando táticas que operam golpe por golpe, lance por lance, possibilitando a reapropriação de lugares e produzindo espaços que não necessariamente serão habitados por sujeitos de saber e de poder.

Nesse sentido, o cotidiano pode ser compreendido como sendo processo. Isso porque ele está em constante movimento produzido pelos jogos políticos das práticas cotidianas. Esse movimento, por sua vez, é característico dos espaços sociais. Quando estes espaços constituem suas lógicas de funcionamento, que não necessariamente são lineares ou hierarquizadas, eles formam organizações. Deste modo, ainda que as organizações se constituam pela existência de diferentes lugares ocupados por sujeitos de saber e de poder, as táticas empreendidas no dia a dia para resistir frente à imposição do que se deve e como fazer, colocam em disputa essas organizações. Portanto, podemos compreender que as organizações são processos, o que me conduziu a pensar a relação entre espaços e processos organizacionais, e discutir como as organizações podem habitar as cidades.

Para Certeau (2002) a cidade é um processo organizativo. São as práticas que produzem e ocupam as cidades que possibilitam colocá-la em disputa. Se os planos diretores das cidades, seus planejamentos estratégicos, determinam como, onde e quem deve estar nas cidades, é a produção da vida cotidiana que evidencia como este espaço é produzido. Por isso, a necessidade de compreender esse processo pelo habitado, o vivido e os corpos encarnados (CERTEAU, 2008).

Com efeito, é preciso considerar que as organizações habitam as cidades. Essa dinâmica possibilita compreender que as práticas das organizações podem alterar os significados espaciais impostos pela ordem urbanística. As possibilidades, os trajetos “oficiais”, e as proibições, como as cercas ou os muros, das práticas cotidianas das organizações ganham variantes como as ocupações, os eventos temporários e a reconfiguração dos traços dos planos diretores das cidades como forma de um habitar de um processo organizativo com/em outro processo organizativo, onde ambos se alteram.

As discussões que propomos nesse texto, com base em Michel de Certeau, ainda que exploratórias, destacam a necessidade de pensarmos as conexões das práticas de produção dos espaços sociais e organizacionais para além da perspectiva das redes, por exemplo, mas de suas imbricações que produzem outros espaços. Pensar que as organizações habitam as cidades possibilita a compreensão de que as práticas organizativas, para além de sua determinação estratégica, a exemplo da produção de bairros industriais ou comerciais, também podem configurar mecanismos de resistências frente à lógica de planificação dos espaços das cidades. Sendo assim, é possível discutir como espaços de “naturezas” diferentes se coadunam em processos organizativos na produção das cidades. Isso nos possibilita a apropriação teórica dos trabalhos de Michel de Certeau para as análises organizacionais com base no entendimento sobre como as organizações também são habitantes das cidades.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.; WESTWOOD, R.; ROSA, A. The politics of identity in organizational ethnographic research: Ethnicity and tropicalist intrusions. **Human Relations**, v. 68, p. 79-106, 2015.
- BARASSI, V. Ethnographic Cartographies: Social Movements, Alternative Media and the Spaces of Networks, Social Movement Studies. **Journal of Social, Cultural and Political Protest**, v. 12, n.1, p. 48-62, 2013.
- BARCELLOS, R. M. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. Práticas organizacionais e o estabelecimento de lógicas de equivalência: o circuito Fora do Eixo à luz da Teoria política do Discurso. **Revista de Administração**, v. 49, n.4, p. 684-697, 2014.
- BISPO, M. S. Methodological Reflections on Practice-Based Research in Organization Studies. **Brazilian Administration Review**, v. 12, n. 3, p. 309-323, 2015.
- BUCHANAN, I. **Michel de Certeau: cultural theorist**. Londres: Sage, 2000. p. 143
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAGAS, P. B.; CARVALHO, C. A.; MARQUESAN, F. F. S. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **Organizações & Sociedade** (Online), v. 22, p. 269-290, 2015.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- COSTAS, J. Problematizing mobility: a metaphor of stickiness, non-places and the Kinetic Elite. **Organization Studies**, v. 34, p. 1467-1485, 2013.
- CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, D. ; COOREN, F. (Ed.) **Organization and organizing: materiality, agency and discourse**. New York: Routledge, 2013. p. 3–22.
- DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura**, n. 9, jul.-dez. De 2004.
- FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240–1253, 2011.
- FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. Transmissão do Conhecimento Prático como Intencionalidade Incorporada: Etnografia numa Doceria Artesanal. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, p. 336-354, 2015.
- _____. Embodied prejudices: a study on diversity and practices. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 34, p. 527-538, 2015.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 296-342.
- GHERARDI, S. **How to conduct a practice-based study**. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.
- _____. Telemedicine: A practice-based approach to technology. **Human Relations**, v.63, n.4, p. 501–524, 2010.
- GOLSHORKI, D.; ROULEAU, L; SEIDL, D.; VAARA, E. **Handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GOSS, D.; JONES, R.; LATHAM, J.; BETTA, M. Power as practice: A Micro-sociological

Analysis of the Dynamics of Emancipatory Entrepreneurship. **Organization Studies**, v. 32, n. 2, p. 211 – 229, 2011.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LATOUR, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LEITE, R. P. A Inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, vol. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

MAC-ALLISTER, M. A. Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2001.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. As culturas organizacionais territorializadas. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, 2013.

MIETTINEN, R.; SAMRAFREDERICKS, D.; YANOW, D. Re-turn to practice: an introductory essay. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1309-1327, 2009.

MORAES, J.; ANTUNES, E. D. D.; DOVAL, J. L. M. D.; SILVA, F. C. “Alice no país das maravilhas”: práticas organizacionais em uma empresa recuperada por trabalhadores. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 50, 429-445, 2009.

NASCIMENTO, M. C. R.; OLIVEIRA, J. S.; TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. Com que cor eu vou pro *shopping* que você me onvidou? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, p. 245-268, 2015.

NEUBAUER, J. **Cultural history after Foucault**. New York: Aldine de Gruyter, 1999.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 156-168, 2013.

ORTNER, S. B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; E FRY, P. (orgs.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2006, 19-44.

PAIS, J. M. **Sociologia da vida cotidiana: teoria, métodos e estudos de caso**. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais, 2007.

PARDINI, D.; MATUCK, P. J. P. Mudanças nas Práticas Organizacionais com a Implementação do Programa de Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos (GCS) em uma Multinacional do Setor Siderúrgico. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 9, n. 1, p. 147-170, 2012.

ROESE, A.; GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C. de; LOPES, J. M. Diários de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 3, 2006.

ROSSONI, L; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Institucionalismo organizacional e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, edição especial, p. 173-198, 2010.

SANDBERG, J.; DALL’ALBA, G. Returning to practice anew: A life-world perspective. **Organization studies**, v. 30, n. 12, p. 1349-1368, 2009.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade**. Salvador: EDUFBA, 2004.

- SANTOS, L. L. S.; ALCADIPANI, R. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79-98, 2015.
- SARAIVA, E. V.; CARRIERI, A. P.; AGUIAR, A. R. C.; BRITO, V. G. P. Um Pas de Deux da Estratégia com a Arte: as Práticas do Grupo Corpo de Balé. **Revista de Administração Contemporânea**, v.15, p.1016-1039, 2011.
- SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-57, 2012.
- _____.; _____. Uma vida, uma cidade: um estudo discursivo de uma metonímia. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, p. 143-157, 2014.
- SCHATZKI, T. R. On Organizations as they Happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863–1873, 2006.
- _____. The Sites of Organizations. **Organization Studies**. v.26, n.3, p. 465-484, 2005.
- _____. A New Societist Social Ontology. **Philosophy of the Social Sciences**. v.33, n.2, p. 174-202, 2003.
- SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M. A Constructionist Approach for the Study of Strategy as Social Practice. **Brazilian Administration Review**, v. 9, p. 1-18, 2012.
- SOUZA, C. M. L. Entre o planejamento estratégico formal e informal: um estudo de caso exploratório sobre a prática de estratégia nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 5, 855-876, 2011.
- SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Racionalidades no fazer artístico: estudando a perspectiva de um grupo de teatro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, p. 382-395, 2011.
- TURETA, B. F.; ARAÚJO, B. F. Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, p. 111-129, 2013.
- VARGAS, R. A. A.; JUNQUILHO, G. S. Funções administrativas ou práticas? As ‘artes do fazer’ gestão na Escola Mirante. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, p. 180-195, 2013.
- ZINE, M. C. La pensée et l’action dans la perspective sociologique de Michel de Certeau. **Laval théologique et philosophique**, v. 66, n. 2, p. 407-423, 2010.